

RESUMO - EIXO TEMÁTICO 2 - PAISAGEM CULTURAL: ESTRATÉGIAS DE PRESERVAÇÃO, GESTÃO E PROJETO - MÉTODOS DE LEITURA, IDENTIFICAÇÃO E RECONHECIMENTO DA PAISAGEM / FORMAS DE ACAUTELAMENTO, SALVAGUARDA OU PROTEÇÃO / FORMAS DE INTERVENÇÃO E CONSERVAÇÃO / PLANOS DE GESTÃO / A PERSPECTIVA DA PAISAGEM URBANO-HISTÓRICA (HUL) / APLICAÇÃO DA CONVENÇÃO EUROPEIA DA PAISAGEM / ESTRATÉGIAS NACIONAIS E LOCAIS DE PAISAGEM NA IBERO AMÉRICA / CONHECIMENTOS TRADICIONAIS AGROBIODIVERSIDADE E TERRITÓRIO / SATS E PATRIMÔNIO / CULTURA ALIMENTAR / O PROJETO DA PAISAGEM / CIDADANIA PAISAGÍSTICA / DIREITO À PAISAGEM E DIREITO DE PAISAGEM / POLÍTICA E PAISAGEM / PAISAGEM E DIREITO À CIDADE E AOS TERRITÓRIOS / PAISAGEM COMO RECURSO POLÍTICO, ECONÔMICO E/OU IDENTITÁRIO / PAISAGEM E CONFLITOS.

A CONCESSÃO DO VALE DO ANHANGABAÚ À INICIATIVA PRIVADA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIAL EM ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS NA REGIÃO CENTRAL DE SÃO PAULO

Tatiana Zamoner (tatianazamoner@gmail.com)

Profa. Dra. Catharina Pinheiro Cordeiro Dos Santos Lima (cathlima@usp.br)

As novas iniciativas de revitalização e concessões à iniciativa privada em andamento na cidade de São Paulo, onde situamos a concessão do Vale do Anhangabau, expressam os marcadores da disputa por significados em relação à cidade e suas áreas centrais, onde cada grupo social busca promover seu ideal de centro e de cidade. A paisagem anteriormente existente

no Vale do Anhangabau, por meio da cultura do skate e de tribos urbanas que tinham o vale como referencia de encontros e permanencia, foi negligenciada no processo participativo para a criação do novo projeto paisagístico para o Vale do Anhangabaú, em nome da segurança de virtuais novos frequentadores.

O desafio de pesquisa é entender quais são os valores considerados nestas iniciativas do poder público de atrair capitais privados para o centro de São Paulo. Entender quais seriam as estratégias “simbólicas” para atrair públicos que não frequentam o centro porque não mais se identificam com o perfil social que dele se apropriou ao longo dos anos.

Para além da comparação entre diferentes propostas paisagísticas e partidos de projeto adotados, onde a proposta paisagística para o Vale do Anhangabaú de 1981 tinha como premissa central a resolução do conflito entre veículos e pedestres, e o mote que mobilizou a opinião pública em relação à nova proposta urbanística teve como ponto central a questão da segurança, nos interessa entender como a paisagem é tensionada pela priorização dos interesses privados na propriedade dos espaços públicos da cidade.

Apesar da nova proposta urbanística ter como diretrizes o incentivo à permanência no espaço público, ao lazer, à livre fruição, com a instalação de bancos e a ativação das fachadas por meio dos quiosques comerciais, o vale do Anhangabaú é atualmente caracterizado pelos longos períodos de fechamento por tapumes, em uma sucessão de eventos, públicos ou privados, que se tornaram seu uso principal.

Neste contexto, os atores sociais consultados são conscientes de seu papel como protagonistas de um processo de luta política por seus direitos, e conscientes a respeito do contexto político onde está inserido o processo de privatização dos espaços públicos da cidade e avançam na problematização do conjunto de direitos que vem sendo cerceados pelos diversos processos de privatização de bens públicos, que envolve um conjunto de direitos fundamentais, que não se resume à habitação ou o uso eventual dos espaços livres públicos.

Os conceitos referentes ao Patrimônio Histórico e Cultural, em especial com as ZEPECs (área de proteção cultural) e os Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICPs), presentes no Plano Diretor de São Paulo, evoluíram do ponto de vista normativo, com a inclusão de importantes dispositivos em suas últimas revisões

A normativa em relação ao zoneamento cultural e tombamento evoluiu no sentido de incorporar questões de ordem urbanística, econômica e cultural, considerando finalmente o conceito de paisagens culturais como territórios de memória e identidade social. Neste sentido, o instrumento normativo do TICP pode ser mobilizado para defender estes territórios simbólicos, ou paisagens significativas para a memória da cidade e de seus habitantes.

Palavras-chave: paisagem cultural; concessões privadas; segregação socioespacial.